



Revista Organizações & Sociedade

2021, 29(100), 20-50

© Autores 2022

DOI 10.1590/1984-92302022v29n0001PT

ISSN 1984-9230

www.revistaoes.ufba.br

NPGA, Escola de Administração

Universidade Federal da Bahia

Editora Associada:

Josiane Oliveira

Recebido: 24/07/2019

Aceito: 27/04/2021

Em Defesa de uma Concepção Complexa de Sujeito nos Estudos Organizacionais

Alex Fernandes Magalhães^a

Luiz Alex Silva Saraiva^a

^a Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,
Brasil

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a necessidade de se ampliar a complexidade da noção de sujeito nas abordagens utilizadas nos estudos organizacionais de caráter crítico e contribuir com um novo olhar acerca do humano nas questões coletivas a partir de um novo conceito: o sujeito processual concreto. É desafio às ciências humanas e sociais demarcar seu objeto de estudo (o humano em suas manifestações) sem que se excluam as dimensões biológicas, sociais, históricas e psicológicas que lhe são inerentes, evitando-se reducionismos. Acredita-se que tal perspectiva complexa seja relevante às análises dos espaços sócio-organizacionais, posto que tomamos o sujeito como uma unidade analítica fundamental para compreender a dinâmica organizacional. As organizações emergem das inter-relações entre sujeitos, ampliando-se, estruturando-se e institucionalizando-se, de modo que a articulação sujeito × organização é indissociável, evitando as dicotomias em favor da construção do conhecimento nos estudos organizacionais e nas demais áreas afins. Partindo de uma perspectiva crítica de análise e com enfoque multifacetado e plural, com contribuições da psicanálise, psicologia sócio-histórica e pós-estruturalismo, campos que se voltam à complexidade do humano, este ensaio apresenta uma noção de sujeito que é contraditória e fluida, marcas de sua processualidade na contemporaneidade e base para o entendimento da complexa dinâmica sócio-organizacional e seus fenômenos.

Palavras-chave: sujeito; constituição subjetiva; complexidade; estudos organizacionais.

Introdução

A apresentação de uma ideia ou noção do humano (seja enquanto sujeito, indivíduo, ator social ou tantas outras possibilidades) é uma das principais tarefas de um pesquisador e de seu trabalho no âmbito das ciências humanas, pois possibilita à comunidade acadêmica condições de dialógicidade quando da leitura e crítica do processo investigativo. Em sua estrutura e na delimitação de seu referencial teórico, este trabalho apresenta uma confluência de visões contemporâneas de sujeito e subjetividade advindas de áreas clássicas, como filosofia, psicologia e ciências sociais, como forma de se responder ao objetivo central proposto, que é refletir sobre a complexidade característica do humano em suas várias manifestações como forma de se contribuir para a ampliação de olhares e consequentes diálogos interdisciplinares em estudos organizacionais, segundo um novo conceito: o sujeito processual concreto. Parte-se aqui do pressuposto que tal postura auxiliará na busca por possíveis respostas às complexas questões que se manifestam no âmbito das organizações, especialmente em temáticas como comportamento humano em organizações, práticas de socialização e produção de sentidos, construção de representações sociais em organizações, dinâmica simbólica, formas de violência, discursos de ódio e intolerância em organizações de trabalho, discriminação e opressão no trabalho, estratégias de empoderamento de minorias sociais etc. É necessário o uso de perspectivas mais abrangentes para a compreensão de tais fenômenos, considerando que as teorias e perspectivas existentes tendem a se esgotar em função da complexidade do objeto. Noutras palavras: ao se tomar como objetos e temáticas de estudos em organizações fatos e manifestações complexas, maior a necessidade de interdisciplinaridade e de promoção de diálogo entre campos de conhecimento.

Mas a proposição de conceitos não é tarefa simples, o que requer cuidados. De início, é importante historicizar os sentidos atribuídos a uma dada concepção nos campos que dela se utilizam, buscando depreender o que existe de possibilidades interpretativas segundo um determinado viés, especialmente em se tratando de crítica. Em seguida, é necessário o estabelecimento de um sentido lógico ao termo, considerando seus usos e significações em campos diversos, reunindo informações que possam responder às necessidades investigativas em relação aos objetos de estudo da pesquisa e da produção de saberes.

A partir da ideia de sujeito processual concreto, buscamos reunir perspectivas distintas que possam ser sintetizadas numa noção crítica e mais abrangente sobre o ser humano em suas manifestações, e que possa trazer novas possibilidades analíticas quanto aos fenômenos inerentes à dinâmica organizacional, dado o nível de abstração que se percebe ao longo da história das várias disciplinas em se tratando do objeto de análise. Quanto à formulação de conceitos e construtos acadêmicos, vale mencionar que, quanto mais abstrata for uma ideia em relação ao seu correspondente factual (no caso deste trabalho, a noção do ser humano), maiores as chances de usos indiscriminados/limitados quanto ao que se espera compreender ou explicar da realidade enquanto fazer científico. Mas é preciso encarar o desafio de revisar e reformular conceitos em função das demandas e necessidades científicas, que se complexificam à medida que os parâmetros, as referências e os construtos teóricos se tornam pouco elucidativos da complexificação dos fenômenos estudados num dado campo de conhecimento.

Conceitos, portanto, envolvem graus de teorização/abstração necessários ao desenvolvimento de expressões capazes de conter de forma sintetizada e abstrata uma

teoria acerca de um fenômeno concreto. O conceito é generalizante o suficiente para assumir o significado que vai além do fato isolado e surge a partir de um processo de abstração e agregação. O conceito permite, ao mesmo tempo, apreender/compreender o fato concreto e, posteriormente, atuar sobre o mesmo. (Matitz & Vizeu, 2012, p. 585)

Para que o conceito aqui proposto tenha relevância e legitimidade em seus usos, sem que a dimensão histórica e social das áreas em que ele emerge sejam desprezadas (incluindo-se a intencionalidade de ruptura em relação aos sentidos hegemônicos, cristalizados, principalmente, quando das apropriações dos conceitos na vida cotidiana e no senso comum), buscou-se dialogar com algumas perspectivas que se voltam à complexidade do humano em sua dimensão relacional e múltipla, destacando-se, especialmente, as concepções sócio-histórica, psicanalítica e pós-estruturalista, com o intuito de se chegar a uma noção ampliada de sujeito para, assim, encontrar estratégias de compreensão ampliadas quanto à articulação entre o sujeito e a dinâmica sócio-organizacional, que se interpenetram e interinfluenciam. Não se quer aqui fazer uma fusão de argumentos com intuito de promover uma ampliação forçosa quanto à condição humana nas práticas organizacionais, mas tentar encontrar argumentos já validados em algumas perspectivas teóricas que romperam com a hegemônica noção de sujeito, caracterizada por sua individualidade, essencialidade, racionalidade e centralização – concepção comumente presente nas perspectivas funcionalistas, por exemplo – para apreender a sua complexidade na atualidade.

Desconfortos poderão emergir no leitor, já que cotidianamente nos acostumamos a lugares pré-estabelecidos e que nos servem de referência à maneira como pensamos sobre nós mesmos e o mundo. Aqui a descontinuidade, a contradição, a dialogicidade e a dialética se fazem fundamentais, dada a natureza do problema investigado. Daí a escolha dos autores e das teorias a serem debatidas: da abordagem sócio-histórica, marcamos a dimensão concreta do ser além de abstrações gerais e universais acerca do humano como objeto de estudo, posto que ele se constitui em suas trocas e metabolizações concretas com seu meio; da psicanálise, as considerações acerca do inconsciente enquanto instância que influencia no modo como o sujeito se propõe a operacionalizar em seu contexto, considerando as pulsões e a libido que orientam seus desejos; e, do pós-estruturalismo, a noção de que o sujeito se estabelece como vir a ser nas relações, tendo por influência os sentidos possíveis que o qualificam discursivamente, tornando-o fluido, perene e mutável.

Por isso, nos parece pertinente chamar de crítica esta proposta de análise, assim como seu referencial teórico-metodológico. Nota-se que os autores que nos servirão de base transitam por perspectivas influenciadas pelo materialismo histórico, pelas contribuições da Escola de Frankfurt, assim como pelas proposições da fenomenologia e do pós-estruturalismo, o que marca também os caracteres interpretacionista e pós-modernista deste referencial. Nesse sentido, crítica e interpretacionismo podem estar alocados num mesmo contexto, dada a perspectiva subjetivista que tais abordagens trouxeram aos estudos organizacionais (Burrell & Morgan, 2005). Além disso, chamamos aqui de crítica a perspectiva de análise que busca conjugar interesses que são práticos e emancipatórios, que auxiliam na promoção de possíveis mudanças voltadas à equidade e ao comprometimento social (Mozzato & Grzybovski, 2013; Paes de Paula, 2008).

No que se refere à articulação entre as abordagens que tomamos de base para este trabalho, orientamo-nos pelas colocações de Paes de Paula (2015), que sugere a superação da

incomensurabilidade paradigmática de Kuhn (2011), presente no modelo proposto por Burrell e Morgan (2005) nos estudos organizacionais. Influenciada pela lógica habermasiana dos interesses cognitivos na produção do conhecimento (Habermas, 1982), Paes de Paula propõe o círculo das matrizes epistemológicas como forma de se obter um esquema para a orientação dos estudos organizacionais, defendendo a tese da incompletude cognitiva e sugerindo que o conhecimento sociológico e organizacional se desenvolve a partir de reconstruções epistemológicas constantes.

A autora explicita ainda que é possível a criação de novas abordagens, pois as matrizes epistemológicas abrangem abordagens sociológicas que, por sua vez, produzem teorias e metodologias. Se cada uma delas for tomada separadamente, criam-se os conflitos e a incomunicabilidade. Para Paes de Paula (2015), essa incomunicabilidade não é insuperável, pois abordagens sociológicas que apresentam um viés para uma determinada matriz epistemológica produzem teorias e metodologias que transitam no círculo e adentram outras matrizes epistemológicas. Em suma: ela defende que o ideal seria que as pesquisas em estudos organizacionais abrangessem os três interesses cognitivos – o interesse técnico, o interesse prático e o interesse emancipatório –, não no intuito de romper com as marcas e especificidades de cada abordagem, mas trazendo ao cientista a noção de que há limitações em cada uma delas em função da complexidade dos objetos de estudo em ciências humanas e sociais, sendo, muitas vezes, necessário adentrar e dialogar com novas possibilidades sobre a construção do conhecimento.

Tomamos aqui o esforço de fazer intersecções epistemológicas em função da perspectiva subjetivista como ponto elementar nas análises da dinâmica sócio-organizacional, embora haja discordância entre teorias, como será apresentado adiante. Além disso, mantém-se como interesse “a necessidade de considerar racionalidades alternativas à instrumental nos estudos organizacionais em favor do exercício da cidadania do indivíduo como ator social, com papel ativo e não objeto da ciência e do mundo” (Mozzato & Grzybovski, 2013, p. 504).

Faria (2009) também nos explica sobre as confusões estabelecidas em relação às abordagens críticas nos estudos organizacionais, dividindo em quatro grandes áreas as propostas de estudos críticos: (a) teoria crítica frankfurtiana, baseada em estudos sociais que seguem as orientações teóricas da Escola de Frankfurt e as gerações de autores a ela pertencentes; (b) teoria crítica em estudos organizacionais, baseada no marxismo e com ênfase na centralidade do trabalho nos processos organizacionais, além de interfaces com os estudos frankfurtianos, a psicologia sócio-histórica, a psicossociologia crítica, as análises sobre Estado, poder e classes sociais (denominada pelo autor de “economia política do poder em estudos organizacionais”); (c) *critical management studies*, que se baseia em estudos críticos em gestão com referências nos estudos conduzidos principalmente por Alvesson e Willmott (1992); e (d) análise crítica em estudos organizacionais, que se baseia em estudos segundo novas dimensões não marxistas e nem frankfurtianas, como o pós-estruturalismo de Foucault (1995, 2004), o pós-modernismo de Lyotard (2021), as análises institucionais de Lourau (2014) e Lapassade (2016), o simbolismo de Bourdieu (2006, 2011), o imaginário de Castoriadis (1982), a teoria da complexidade de Morin (2011), entre outros.

Pela delimitação de Faria (2009), é possível ver que a perspectiva de análise deste trabalho estabelece uma intersecção entre o que o autor considera **teoria crítica nos estudos organizacionais** e **análise crítica em estudos organizacionais**, pela forma como epistemologicamente busca refletir sobre as relações entre os sujeitos nos espaços organizacionais numa perspectiva dialética e processual (considerando as bases sócio-históricas marxianas, as

contribuições freudianas e as bases pós-estruturalistas foucaultianas e butlerianas, por exemplo), intentando-se um alargamento quanto a concepções da realidade estudada (o sujeito e seu processo de constituição subjetiva), buscando contribuir, em especial, com o desenvolvimento dos trabalhos realizados no contexto nacional.

Entende-se que uma teoria que se encerra em si mesma não consegue despertar novas possibilidades analíticas e não responde satisfatoriamente às exigências da contemporaneidade, pois os objetos de estudos se complexificam historicamente, o que traz temporalidade também às teorias, apesar do movimento de sacralização que, muitas vezes, se percebe junto a alguns autores e pesquisadores, o que se pretende aqui evitar. De fato, pretende-se neste trabalho um esforço interdisciplinar, alocando perspectivas teórico-metodológicas que possam se complementar em função da complexidade exigida pela realidade estudada – o humano em suas manifestações nos espaços organizacionais – e, quiçá, fazendo emergir novas possibilidades de análise e produção do conhecimento além das delimitações teóricas e paradigmáticas já estabelecidas em estudos organizacionais, como nos aponta Paes de Paula (2015).

Para tanto, empreendeu-se neste ensaio teórico uma análise hermenêutica partindo de alguns teóricos que, em seus campos de atuação e pesquisa em ciências humanas e sociais, se voltaram à complexidade do ser humano em suas manifestações, considerando-o como entidade concreta (dimensão biológica), influenciado (mas não necessariamente determinado) por aspectos socioambientais e culturais (dimensão sociológica), em constante interação com seu contexto e com demais sujeitos em tempo e espaço (dimensão histórico-social), e atuando segundo seus parâmetros de referência de si e de mundo (dimensão psicológica, compreendendo consciência e inconsciente). Compreender o sujeito em práticas organizacionais implicaria, então, analisá-lo em aspectos que são visíveis e tangíveis (características físicas, comportamentos e cognição, por exemplo) e aspectos que não são facilmente apreensíveis por sua intangibilidade (afetos, emoções, desejos e fantasias, por exemplo); considerá-lo como constituinte e constituído em suas metabolizações com o mundo, em movimento dialético e processual, sem que se excluam aspectos que lhe garantam individualidade (aquilo que lhe é próprio e idiossincrático) e marcas de coletividade (o que é partilhado e simbolizado como parte de algo maior); considerá-lo como historicidade (formado em suas experiências histórico-sociais) e como devir, enquanto possibilidade de constante mudança em seu processo de autoconstituição e cuidado de si.

Sabe-se dos riscos de tal tarefa, considerando uma infinidade de possibilidades interpretativas acerca do humano nos espaços coletivos, não pretendendo desprezar as várias perspectivas teóricas existentes. Mas, ao contrário: tenciona-se, numa proposta didática, elencar algumas proposições que possam fazer emergir novas possibilidades interpretativas. Acredita-se estar aqui a contribuição deste trabalho aos estudos organizacionais: ao se abarcar uma noção complexa de sujeito, reorientam-se as formas de análise e interpretação de temáticas complexas que são tomadas nas pesquisas de estudos organizacionais brasileiros. Buscou-se também estabelecer, por meio da escolha das abordagens elencadas, um possível diálogo entre as várias abordagens críticas em estudos organizacionais (nacionais e internacionais), em especial: (a) a consideração de historicidade e processualidade como marcas elementares na constituição dos sujeitos e das organizações; (b) as possibilidades de evidenciar as relações de poder nas trocas estabelecidas entre os sujeitos, dadas as ações de ideologias e da racionalidade instrumental na administração; (c) o interesse na elaboração de conhecimento e práticas voltadas à mudança social,

considerando as práticas de opressão no trabalho por via da ideia de desempenho e produtividade no âmbito organizacional (Adler, 2002; Alvesson & Willmott, 1992; Faria, 2009; Fournier & Grey, 2000; Grey, 2005; Paes de Paula, 2008).

O que se toma por sujeito, afinal?

No caso deste trabalho, esclarece-se que a noção de ser humano se associa à noção de **sujeito** e não a outras denotações que lhe possam parecer sinonímicas. Explicamo-nos: entende-se que a ideia de **indivíduo**, por exemplo, bastante valorizada pelo contexto burguês moderno, encerra em si uma unicidade, uma originalidade ou particularidade do ser que não é coerente com o que se busca esclarecer em seu processo de socialização e de constituição com, pelo e para o Outro. A ideia de indivíduo, em sua onipotência, não nos serve de base para pensar a complexidade de uma constituição que se inscreve em multidirecionalidades e polifonias presentes em tempo e espaço, na história e na cultura. Por seu caráter atomista, a noção de indivíduo pouco nos esclarece sobre as inter-relações entre o ser e seu contexto.

A noção de **ator social**, embora se considere sua relevância ao estabelecer a dimensão da geratividade e do domínio das práticas pela consciência nas relações sociais – como se pode depreender, por exemplo, das colocações do interacionismo simbólico (Goffman, 2011; 2014), do estruturalismo cognitivista (Bourdieu, 2006; 2011; Giddens, 2003) e da teoria institucional (Clegg, 1989; 1992; Hardy & Maguire, 2008; Lawrence, 2008; Scott, 2008), entre outras correntes – parece desprezar, em parte, importantes dimensões constitutivas do ser que não estejam no campo de percepção e racionalidade, centrando o humano numa perspectiva cartesiana a partir de seu pensamento, retirando-lhe, portanto, o caráter complexo que se visa demonstrar nesta reflexão.

Neste trabalho, é adequado considerar o ser humano enquanto sujeito, pois se entende que ele atua num plano de práticas e experiências (tal como no universo da consciência, do domínio de si e, tal como na sintaxe gramatical, é o agente da enunciação, se considerada a dimensão linguística), mas que, contraditória e concomitantemente, se constitui enquanto **ser** na medida em que se submete ao referencial histórico-cultural que o antecede para a construção de uma visão de si e de mundo, além das instâncias que lhe são próprias, bem como aquelas em que é possível se assujeitar (como no domínio das pulsões e dos dispositivos, das possibilidades de **vir a ser** nas relações). Nessa concepção de sujeito (um dos argumentos centrais neste trabalho), expressa-se uma dimensão dialética e processual, buscando-se evitar os reducionismos e simplificações que tão marcadamente se associaram à ideia do ser do humano nas várias disciplinas de humanidades, motivo por que um esclarecimento seja crucial para se evitar os não-entendimentos e/ou as percepções truncadas pela polifonia que o termo assumiu historicamente.

Devido a essa concepção de ser humano enquanto sujeito, a ele se atribui fundamental relevância e centralidade nas discussões acerca das práticas e processos nas organizações sociais, tomadas como expressão das ações dos sujeitos e que, concomitantemente, se revertem também enquanto lócus da constituição subjetiva e da configuração do próprio ser. Portanto, compreender a complexidade que é própria das práticas organizacionais e dos fenômenos que se expressam no âmbito das organizações depende também de como se pode, no nível do sujeito e sua constituição subjetiva, apreender significações que desfaçam as limitações trazidas pelas dicotomias e cisões

entre as esferas do indivíduo e de seu contexto social. Assim, tem-se como ponto de partida uma reflexão sobre as possibilidades de se ampliar a complexidade que é própria do sujeito.

Nesse sentido, o pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional. Mas ele sabe desde o começo que o conhecimento completo é impossível: um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria, de uma onisciência. Ele faz suas as palavras de Adorno: 'A totalidade é a não verdade'. Ele implica o reconhecimento de um princípio de incompletude e de incerteza. Mas também traz em seu princípio o reconhecimento de laços entre as entidades que nosso pensamento deve necessariamente distinguir, mas não isolar umas das outras. (Morin, 2011, p. 7)

O que se apresentará nos itens que a seguir é uma reflexão sobre a temática do sujeito junto a algumas considerações colocadas no âmbito das ciências humanas e sociais por importantes autores contemporâneos que buscaram dimensionar o sujeito e a constituição subjetiva além da perspectiva cartesiana, tendo em Kant (1724-1804), Marx (1818-1883), Nietzsche (1844-1900), Husserl (1859-1938), Freud (1856-1939) e demais pensadores modernos referências significativas para se voltarem a análises mais ousadas, complexas e polêmicas quanto ao ser humano e sua subjetividade. Esclarece-se, pois, que a ideia de sujeito desessencializado e descentrado é que se torna ponto de análise neste trabalho, evitando-se os apriorismos e a transcendência, atrelando-o – enquanto processo de constituir-se – à dimensão social e histórica, assim como à dimensão linguística e pulsional.

Descentrar o sujeito implica justamente negar uma essência transcendental ou metafísica que o defina; é retirá-lo de sua posição central e privilegiada na gênese de uma história linear e teleológica; é negar a existência de uma origem reconciliadora e de um final redentor; é suspeitar das filosofias antropologizantes, que evocam a unidade e a universalidade da figura epistemológica do homem no pensamento moderno; é, enfim, caminhar para uma **ontologia historicizada**. (Pereira, 2014, p. 55, grifo do autor)

Mas, ao se tentar descentrar e desessencializar o sujeito, negando e fugindo de moldes e modelos explicativos, contraditoriamente não há o risco de se propor um modelo de sujeito? Entende-se que sim, mesmo porque uma abordagem crítica acaba por adentrar a dimensão da instrumentalidade e do tecnicismo contra a qual ela mesma se volta quando do esforço de servir à sua proposta emancipatória e elucidativa. Noutras palavras: a crítica se propõe a trazer contribuições que possam ser aplicadas à mudança e à transformação, o que passa por algum tipo de instrumentalidade (Paes de Paula, 2015). Desse modo, não se quer com a premissa de descentramento e desessencialização impedir a possibilidade de se construir qualquer forma de conhecimento sobre o ser humano; não se pretende, portanto, cair num relativismo absoluto em que nada possa ser proposto e partilhado acerca do sujeito. O que se quer marcar são as noções de processualidade, de historicidade, de complexidade, de possibilidade e, por que não, de efemeridade em relação a ideias universalizadas e fixas de sujeito, mesmo que essas ideias também se universalizem ou se tornem referências maiores em algum momento na história. Acredita-se que as noções centralizadoras e essencializadoras do ser humano impossibilitam avanços na construção

de saberes sobre fenômenos complexos, exigência da contemporaneidade, razão pela qual este trabalho se enseja por apresentar uma concepção além da já proposta.

Revisitando as produções teóricas acerca do sujeito em estudos organizacionais

Ao longo do desenvolvimento das ciências humanas, as diversas disciplinas buscaram delimitar a noção de sujeito no intuito de se estabelecer um conhecimento coeso e preciso, normalizado segundo os paradigmas vigentes em cada contexto, especificando, assim, aspectos diferentes do ser humano em suas várias manifestações.

No caso dos estudos organizacionais, alguns trabalhos são importantes referências para se depreender em que medida, junto às teorias administrativas, as noções do humano se presentificam – mesmo que indiretamente – nas teorizações propostas. Evidentemente a busca pelas várias significações possíveis, ao longo da história, do humano nas organizações escapa ao escopo deste ensaio. Por isso, optou-se por marcar autores que, nos estudos organizacionais brasileiros, em especial, trouxeram contribuições diretas sobre a temática em seus trabalhos.

Motta e Vasconcelos (2008), bem como Ramos (1984), nos esclarecem que alguns dos modelos ou noções do humano vão se desenvolvendo em função das mudanças que reorganizam e reorientam as práticas e produção de conhecimento em organizações. Nas abordagens clássicas, por exemplo, prevalecia uma noção centralizada, racional, previsível e calculista de sujeito – *Homo economicus* (Motta & Vasconcelos, 2008) –, que se orientaria para o trabalho produtivo e eficientemente na medida em que tivesse satisfeitos seus interesses materiais e segundo a ideia de acúmulo e consumo, ideário que fortemente marcava o período histórico (início do século XX até os anos 1940). Era possível, dessa forma, pensar a administração do componente humano nas organizações considerando os interesses dispostos pela gestão em relação aos empregados, muito embora houvesse discrepâncias entre o que se tomava como previsível e controlado e os fenômenos emergentes quando da análise real do trabalho na cadeia produtiva (Ramos, 1984). Boa parte das perspectivas funcionalistas ainda toma como modelo de referência a perspectiva clássica, o que limita o desenvolvimento de práticas que promovam a coalisão entre interesses de trabalhadores e gestão, por exemplo, trazendo descrédito à área (como se pode notar junto às críticas e embates no campo da administração de recursos humanos (ARH), muito embora a área esteja constantemente revendo suas perspectivas acerca do humano e das relações de trabalho).

Com o desenvolvimento da escola de relações humanas e, posteriormente, da abordagem comportamental em administração, há um deslocamento dessa noção derivada do darwinismo social para a ideia de um sujeito que está também orientado à dimensão afetiva e social, voltado para o estabelecimento de vínculos e para estratégias de grupalidade que lhe garantam alguma segurança e acolhimento nas práticas de trabalho – noção de *Homo socialis* (Motta & Vasconcelos, 2008). A abordagem comportamental, por sua vez, se estabelece com o suporte de teorias psicológicas diversas e nem sempre confluentes em termos de epistemologia – uma vez que estão presentes perspectivas teóricas experimentais e funcionalistas (behaviorismo e cognitivismo) e fenomenológicas (gestaltismo e humanismo) –, trazendo para as organizações uma concepção teorizada e ampliada de sujeito: o *homem complexo*, segundo Motta e Vasconcelos, ou *homem parentético*, segundo Ramos (1984). Nesse modelo, o humano é biopsicossocial, orientado por

aspectos de ambiente e contexto social, mas também direcionando pelas volições e demais formas de produção de sentido e de si e de mundo no trabalho e nas organizações. Vale mencionar que essa ampliação de perspectiva está intimamente relacionada às mudanças socioculturais emergentes – incluindo-se o desenvolvimento da própria ciência psicológica norte-americana, voltada ao pragmatismo, segundo Farr (1998), a partir da segunda metade do século XX, no contexto pós-guerra e com a reestruturação produtiva.

O homem parentético está apto a graduar o fluxo de sua vida diária para examiná-lo e avaliá-lo como um espectador. É capaz de afastar-se de seu meio familiar. Ele tenta deliberadamente romper suas raízes; é um estranho em seu próprio meio social, de maneira a maximizar sua compreensão da vida. Assim, a atitude parentética é definida pela capacidade psicológica do indivíduo de separar a si mesmo de seu mundo interno e externo. Os homens parentéticos prosperam quando termina o período da ingenuidade social. (Ramos, 1984, p. 8)

A complexificação da noção de ser humano na perspectiva de Ramos (1984) traz avanços para o desenvolvimento de sistemas e teorias administrativas, mas percebem-se contradições junto às práticas de recursos humanos, dada a dificuldade de controle externo ao que é inerente ao ser. Ao que parece, quanto maior a complexidade da noção de ser humano, mais complexas e mais refinadas também se tornam as estratégias de domínio pela via do psiquismo, como evidenciam os trabalhos de Tragtenberg (2005) e Pagès, Bonetti, Gaulejac e Descendre (2008) em suas análises críticas da ARH. Noutras palavras: na medida em que a perspectiva crítica busca ampliar olhares frente às naturalizações da prática administrativa (especialmente em se tratando do humano nas organizações), as bases pragmáticas e funcionalistas também se especificam na elaboração de estratégias de gestão que possam garantir produtividade e lucratividade.

Eis aqui um ponto a que devemos estar atentos: vigiar nossa intencionalidade quando do trabalho de teorização e pesquisa, assim como seus usos nas práticas cotidianas nos contextos organizacionais, mantendo a reflexividade e o criticismo. Talvez por isso o campo dos estudos organizacionais buscou manter, seguindo os esforços de Ramos (1984), Tragtenberg (2005), bem como Motta e Vasconcelos (2008) e outros autores, trabalhos significativos ao diálogo interdisciplinar além do compromisso com o pragmatismo das práticas de gestão, como se nota mais presentemente nos debates de ARH. Vale aqui mencionar as contribuições de autores como Peci (2003), Godoi (2005), Faria e Meneghetti (2007), Faria e Schmitt (2007), Souza, Machado e Bianco (2008), Paes de Paula e Maranhão (2009), Carrieri, Saraiva, Enoque e Gandolfi (2010), Mozzato e Grzybovski (2013), Souza, Souza e Silva (2013), Paes e Dellagnelo (2015), Souza (2017), dentre outros no campo dos estudos organizacionais brasileiros, como forma de se abarcar a complexidade do componente humano nas práticas organizacionais, trazendo maior complexidade, sistematização e cientificidade às práticas administrativas.

Nesse intuito, se inscreve também a orientação deste ensaio: buscar diálogo com outros campos de conhecimento para manter o rigor nas análises da dinâmica sócio-organizacional, considerando o sujeito e suas expressões como parte inerente e indissociável. Necessário, mais uma vez, recorrer à psicologia e suas contribuições gerais, como fizeram os autores aqui mencionados no campo dos estudos organizacionais, agora considerando correntes teóricas

outras além dos pressupostos experimentais e fenomenológicos que marcam o pragmatismo norte-americano (Farr, 1998).

A constituição do sujeito nas perspectivas psicológicas: superando as dicotomias a partir da abordagem sócio-histórica

No caso da psicologia, nos interessa seu desenvolvimento histórico como objeto de estudo do humano, seus processos mentais, seu comportamento e todas as manifestações que lhe são características, a fim de se estabelecer um conhecimento que fosse válido e legítimo sem que incorresse em colocações atabalhoadas e pouco relevantes à história, apesar das simplificações e reducionismos que se presentificaram. Desde sua institucionalidade com Wilhelm Wundt (1832-1920), em Leipzig, Alemanha, em 1879, evidenciou-se a problematização levantada pelo pesquisador quanto à maneira como a ciência psicológica poderia se desenvolver, dada a complexidade do(s) objeto(s) a que se destinava. Etimologicamente, o termo *psyché* refere-se à alma, foco por demais abstrato e inapreensível para um campo científico então moldado pelo positivismo e pela lógica cartesiana. Era necessário, pois, estabelecer concretude à alma, ao que é próprio do humano, especialmente no sentido de ser possível adaptar o objeto (sujeito) de estudo aos métodos experimentais e utilitaristas que marcam o final do século XIX.

Ciente da complexidade a que se destinava a ciência psicológica, Wundt propõe o estabelecimento de uma psicologia enquanto ciência natural (do alemão, *Naturwissenschaft*), voltada aos processos da mente, construída com métodos experimentais e com modelos explicativos que se baseavam numa perspectiva naturalista e biologicista, enfatizando o indivíduo, e uma psicologia enquanto ciência social e humana (*Geisteswissenschaft*, ou ciência do espírito, na tradução direta do alemão), voltada aos fenômenos coletivos, tais como representações sociais, valores e cultura, entre outros, já que não seria possível compreendê-los isoladamente e sem uma metodologia própria, dadas as limitações do modelo experimental (Farr, 1998). Instaura-se aí uma cisão em relação ao ser humano, que passa a ser considerado ora em seu aspecto objetivo, natural, ora em seu aspecto subjetivo e social.

No decorrer do século XX, as escolas psicológicas se formaram e se desenvolveram segundo esses dois pilares, porém, sem que se estabelecesse o diálogo entre as perspectivas que se voltavam aos aspectos palpáveis, visíveis e explícitos do humano e as centradas nos seus aspectos latentes, não-visíveis e obscuros. A consequência desse embate foi o surgimento de múltiplas concepções de sujeito e subjetividade, dividindo o humano enquanto objeto de estudo para que pudesse se adaptar aos métodos eleitos como instrumentos infalíveis na construção de “verdades” científicas, com a perda da complexidade que caracteriza o sujeito em sua totalidade (Bock, Gonçalves, & Furtado, 2015; Lane & Codo, 2012).

Quando as problematizações acerca do sujeito se voltavam ao social – como no caso do estabelecimento de padrões compartilhados de conduta, criação de valores morais, aspectos linguísticos, formas de violência, entre outros – estabelecia-se uma dicotomia que acabava por reduzir não só o ser humano como os próprios aspectos psicossociais tomados como objeto de estudo científico. A causalidade dos fenômenos sociais estaria localizada no sujeito ou no contexto social? – entendido como fatos e institucionalidades que antecedem ao ser humano e, por isso, lhe servem de molde e referência. Na tentativa de superação dessa dicotomia, algumas correntes

teóricas buscaram apreender várias facetas constitutivas do sujeito, tomando-o em seus aspectos contraditórios, porém, fundamentais.

Mais uma vez esclarecemos que não seria possível, num ensaio teórico, revisitar as diversas escolas e teorias psicológicas. Assim, serão destacadas algumas perspectivas psicológicas que romperam com a noção cartesiana hegemônica, especialmente presentes nas abordagens experimentais e pragmáticas de psicologia que buscaram, de alguma maneira, superar a histórica dicotomia mencionada por Farr (1998), Lane e Codo (2012), e Bock et al. (2015) em seus trabalhos.

González Rey (2005, p.73) esclarece que “as condições epistemológicas para o desenvolvimento do tema da subjetividade na psicologia aparecem com a ruptura que significou a apropriação da dialética pelos psicólogos”, o que fora gerado por conta da Revolução Russa, contexto histórico em que se encontravam os trabalhos de Rubinstein (1963) e Vygotsky (1991, 2007), com marcada influência de princípios marxianos.

A superação dessas dicotomias e o trânsito para uma visão de homem permitiram superar a ideia de uma natureza humana inerente ao indivíduo, e constituíram um momento muito importante para a mudança de visão de homem que, de forma geral, apoiava o curso de toda a psicologia anterior. Essa transformação facilitava uma representação da psique como processo subjetivo, instância em que o social e o biológico não desapareciam, mas entravam em momentos de um novo sistema qualitativo. Para o êxito dessas mudanças na representação do homem e de sua psique, a dialética teve um papel decisivo. (González Rey, 2005, p. 77)

A perspectiva sócio-histórica proposta e instaurada por Vygotsky (1896-1934) a partir da influência do método dialético de Marx (1818-1883), uma discussão acerca de como o sujeito é, ao mesmo tempo, produto e produtor de seu contexto social, já que, apesar de suas competências e atributos oriundos da herança genética, é na relação com os demais sujeitos que se criam condições de ativação e manifestação de tais potencialidades a partir das trocas e da interação – com destaque, inclusive, à dimensão simbólica e à linguagem – que permeiam os espaços partilhados e coletivos (Vygotsky, 1991, 2007). Partindo de uma perspectiva cognitivista, uma vez que sua intencionalidade era compreender o desenvolvimento das funções mentais superiores (pensamento e linguagem) –, Vygotsky atribui ao social relevância fundamental para o próprio desenvolvimento humano, marcando a dimensão da produção da subjetividade como um acontecimento atrelado aos aspectos histórico e social. Nessa perspectiva, coexistem dialeticamente na ideia de sujeito a dimensão material concreta do humano – percebida por seu corpo, suas marcas e influências filogenéticas – e sua dimensão abstrata simbólica – atribuída a suas formas de pensamento, valorizações, afetos, referências culturais e ideacionais, sem que se exclua a subjetividade e a objetividade que também lhe são constituintes. O sujeito é, aqui, processo, não algo estanque e invariável, mas aberto à variabilidade do tempo e espaço, ou seja, à história e à sociedade, encerrando-se numa unicidade que lhe dá forma e lhe possibilita ser no mundo (Vygotsky, 2007), conforme a Figura 1.



Figura 1. A concepção de sujeito numa perspectiva sócio-histórica

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao se considerar o sujeito como processo, entende-se o ser humano além de si mesmo, de sua delimitação corpórea, uma vez que se constitui à medida que absorve e apreende o mundo que se lhe antecede historicamente e, concomitantemente, o processa, o decodifica segundo suas potencialidades e conforme os recursos de que dispõe no espaço social. Esse sujeito emerge de modo manifesto a partir de suas ações e comportamentos, atuando e transformando o meio do qual retira os elementos referenciais constitutivos, num processo dialético que caracteriza seu ser em um tempo e espaço enquanto unicidade e singularidade (por conta de cada processo ser único e inequívoco) e também enquanto coletividade e gênero humano (pelo fato de se constituir com, por meio de e para o Outro, o social).

González Rey (2005), partindo da perspectiva sócio-histórica de Vygotsky, aponta a necessidade de articulação dos termos indivíduo, história, sociedade e cultura como uma ampliação dos preceitos do autor, trazendo à psicologia atual um caráter complexo. O autor defende uma proposta de análise da subjetividade em sentido histórico e cultural:

A teoria da subjetividade que assumo rompe com a representação que constringe a subjetividade ao intrapsíquico e se orienta para uma apresentação da subjetividade que em todo momento se manifesta na dialética entre o momento social e o individual, este último representado por sujeito implicado de forma constante no processo de suas práticas, de suas reflexões e de seus sentidos subjetivos. O sujeito representa um momento de contradição e confrontação não somente com o social, mas também com

sua própria constituição subjetiva que representa um momento gerador de sentido de suas práticas. (p. 240)

O autor enfatiza que o sujeito é compreendido a partir de seu pensamento, que, além de mera função cognitiva, também é constituído como processo de sentido, com conteúdos emocionais e significações mediadas por complexos desenhos intencionais e conscientes, nos quais também não se esgota seu caráter subjetivo. Critica algumas perspectivas de análise que reduzem o sujeito às relações sociais sem considerar sua dimensão gerativa e transformativa no processo de autoconstituição, atentando para os perigos de se tomar sem reflexão crítica tais proposições dada sua relevância na produção acadêmica. Como resultado de uma vasta revisão de autores e escolas psicológicas que se voltaram ao estudo da subjetividade, González Rey (2005) busca considerar alguns importantes conceitos quanto à dimensão subjetiva, como é o caso da ideia de inconsciente da psicanálise, buscando lhe atribuir uma nova conotação. Para o autor, consciência e inconsciência são dois momentos não antagônicos da experiência subjetiva, pois se constituem dentro de uma nova unidade (um terceiro elemento que as une, que são os sentidos subjetivos).

Reconhecer um sujeito ativo é reconhecer sua capacidade de construção consciente como momento de seus processos atuais de subjetivação, o que não significa que estes se ajustem a um exercício da razão; entre outras coisas, porque, a partir de nossa compreensão da subjetividade humana, as construções da consciência são produções de sentido, não construções racionais. O exercício da consciência pelo sujeito é, em si mesmo, um processo de subjetivação. A consciência, portanto, designa a ação do sujeito dentro de um espaço representado, suscetível à sua intencionalidade e reflexão, o que não quer dizer que o sentido desses espaços seja definido a partir de sua representação ou intenção. (p. 226)

Entende-se, então, que a perspectiva sócio-histórica e o enfoque histórico-cultural trazem à noção de sujeito a complexidade perdida com os reducionismos e dicotomias de outras vertentes psicológicas e sociológicas, motivo pelo qual são tomados como referências neste trabalho. Por conseguinte, acredita-se que o diálogo com outras perspectivas possa criar pontos de complexificação e possíveis intersecções com as noções já abarcadas nos estudos de Vygotsky (1991, 2007) e González Rey (2005), oferecendo aos estudos organizacionais críticos a complexidade e a reflexividade que se propõem (Alvesson & Willmott, 1992; Fournier & Grey, 2000; Paes de Paula, 2008; Faria, 2009).

A psicanálise e o sujeito

A psicanálise traz, também, importantes contribuições à noção de sujeito e subjetividade, a ampliando além da própria consciência e racionalidade, motivo pelo qual não poderia deixar de ser abordada neste trabalho e de ser relacionada à perspectiva dialética e sócio-histórica a fim de se buscar a complexidade do sujeito. Todavia, reconhece-se que é uma abordagem criticada pelos autores apresentados, em especial González Rey (2005), por enfatizar certo determinismo ao ser humano, seja a partir das pulsões e seu caráter naturalista, como se depreende da obra freudiana,

seja pela ênfase à linguagem enquanto estruturante do sujeito, como se depreende da obra lacaniana. Entende-se, entretanto, que as proposições dos autores são contextualizadas em seu tempo. A psicanálise, assim como as demais escolas psicológicas, evoluiu e seus adeptos procuram constantemente rever conceitos e aplicações de maneira a evitar a sacralização da teoria, erro epistemológico grave.

Novamente em relação à subjetividade, acredita-se, apesar da controvérsia aqui levantada, que a constatação psicanalítica de uma dimensão do sujeito que escape à racionalidade e à relevância dessa disciplina nas ciências em geral sejam de fato pertinentes, posto que em tantas pesquisas e colocações acadêmicas puderam auxiliar na compreensão da complexidade dos fenômenos psicológicos e sociais. Ao estabelecer na primeira tópica da constituição do aparelho psíquico a existência da tríade **consciente-subconsciente-inconsciente**, Freud (2014) atribui ao ser humano uma instância até então silenciada pela centralidade da razão enquanto valor burguês na modernidade, motivo por que tanto alvoroço causou (e ainda causa nos debates acadêmicos), dadas as dimensões política e ideológica presentes também nas práticas de pesquisa.

Para a psicanálise, a noção de sujeito se ergue a partir do aparelho psíquico e do campo pulsional, dimensões indissociáveis. O sujeito é tomado, então, como **sujeito do inconsciente**, instância psíquica que antecede a própria consciência, chegando a direcioná-la, a partir do material que nela se inscreve, por meio do recalque do objeto-causa de desejo (no caso da neurose). Numa perspectiva psicanalítica freudiana, o humano é um ser caracterizado por uma falta estruturante, pois não é pleno, ou completo, em nenhum momento de sua existência. Dessa falta decorre o desejo, que mobiliza e direciona o humano ao **Outro**, ao social, como forma de encontrar meios de tamponar a falta, uma vez que, nesse processo, como o objeto de desejo é perdido e não mais encontrado por conta de estar atrelado a uma satisfação original e ilusória, se faz a representação objetual na ordem do simbólico (social), de maneira que o desejo possa se realizar, porém, nunca se satisfazer completamente. Assim se desenvolve sua constituição subjetiva a partir da operacionalização do desejo inconsciente, desprendido do **Eu** (consciência), por meio da ação da pulsão e seus endereçamentos: a conservação, o deslocamento e a angústia (Toresan & Aguiar, 2011).

Embora não haja uma uniformidade nas proposições dos diversos autores que compõem as escolas psicanalíticas, alguns pontos de convergência devem ser destacados. Para Lacan (1996), pensar o sujeito implica pensar também a base inconsciente que o mobiliza, com ressalvas quanto ao caráter, por vezes, naturalista que as proposições freudianas traziam ao localizar a sexualidade e as pulsões no campo da corporeidade e da fisiologia humana. Lacan atribui à linguagem maior centralidade – apesar da ênfase também dada por Freud, especialmente quanto ao acesso possível ao conteúdo inconsciente –, mas chega a afirmar que o próprio inconsciente se estrutura enquanto linguagem. Na perspectiva lacaniana, o desejo surge da falta originada da produção imaginária narcísica de onipotência do ser, ainda na infância, de modo que os processos identificatórios a essa produção se fazem impossíveis de serem experienciados. É assim que essa falta se torna o princípio organizador das relações que o sujeito estabelece com o contexto social (Paes & Borges, 2016). Em decorrência desse endereçamento, o desejo se faz como **desejo do Outro**, cabendo aqui a compreensão da ambiguidade que se encerra nessa proposição: desejo do **Outro enquanto objeto de desejo do Eu**, como forma de satisfação (mesmo que circunstancial) da falta, e desejo do **Outro**

como prescritor ao Eu, por meio da internalização do que o outro coloca enquanto seu desejo para que o Eu possa respondê-lo, fazendo-se amável, reconhecido e existente (no social).

Temos aqui uma perspectiva precisa de que a psicanálise, seja freudiana ou lacaniana, embora se volte à análise dos processos inconscientes, considera como fundamental a inscrição do sujeito em processos de socialização, evitando, ao contrário do que pensam muitos críticos, a dicotomia entre a dimensão subjetiva e a coletividade, já que o sujeito se faz na relação com o Outro por intermédio da linguagem, constituindo, assim, sua subjetividade.

Para a psicanálise, portanto, o sujeito só pode se constituir em um ser que, pertencente à espécie humana, tem a vicissitude obrigatória e não eventual de entrar em uma ordem social a partir da família ou de seus substitutos sociais e jurídicos (instituições sociais destinadas ao acolhimento de crianças sem família, orfanatos etc.). Sem isso ele não só não se tornará humano (a espécie humana, em termos filogenéticos, não basta para fazer de um ser nela produzido um ser humano, argumento que dá sentido à palavra **humanização**) como tampouco se manterá vivo: sem a ordem familiar e social, o ser da espécie humana morrerá. (Elia, 2010, p. 39, grifo do autor)

Vale mencionar que o desejo e a culpa (decorrente da interdição ao desejo por um pressuposto moral) são elementos fundantes do ser que se operacionalizam quando da imersão do sujeito num universo simbólico estruturado pela linguagem e no contexto social, e não de forma apriorística. Pensar a constituição do sujeito do inconsciente requer ainda que se considere que esse processo seja capaz de relacionar as dimensões materiais e simbólicas, já que, como uma linguagem, encadeia significantes (bases e fundamentos do signo linguístico) e significados (preenchimentos e corpus do signo), que se evidenciam na ordem discursiva em que emerge o sujeito da enunciação, o Eu da razão e da consciência, que pensa, se arma, cria resistência ao Eu a que se atrela o desejo. Decorre dessa premissa a célebre frase de Lacan (1996, p. 521) que subverte a ótica cartesiana: “Penso onde não sou e sou onde não penso”. O trabalho do analista seria, então, trazer à tona o Eu silenciado pelo sujeito da enunciação, motivo pelo qual a associação livre se tornou, já nas propostas freudianas, o método por excelência da prática analítica.

A psicanálise amplia a perspectiva do sujeito com a constatação de que coexistem a dimensão inconsciente e a consciência (Freud, 2014). Vale marcar, ainda, a relevância de uma dimensão imaginária, em que se grafam as imagens de um Eu a ser constituído, mas que desconhece (em um primeiro momento) o seu objeto de desejo (o Outro). Na dimensão imaginária, o sujeito faz uma representação de si mesmo de duas formas: a primeira como um Eu-ideal, mobilizado pelo narcisismo primário, cuja sensação de onipotência o faz imanente ao Outro sob a forma de uma autoimagem especular e pré-edípica, porém, sem condições de uma autossatisfação, já que ela é inatingível; a segunda, como um Ideal de Eu já com a introjeção dos desejos do Outro que direcionam o sujeito a se fazer amável como forma de corresponder às demandas que lhe são postas, tendo a falta como princípio organizador do sujeito. O esquema a seguir tenta sintetizar as ideias gerais do sujeito na psicanálise, visando considerações e articulações da teoria psicanalítica com outros argumentos da complexidade do sujeito pretendida neste trabalho.

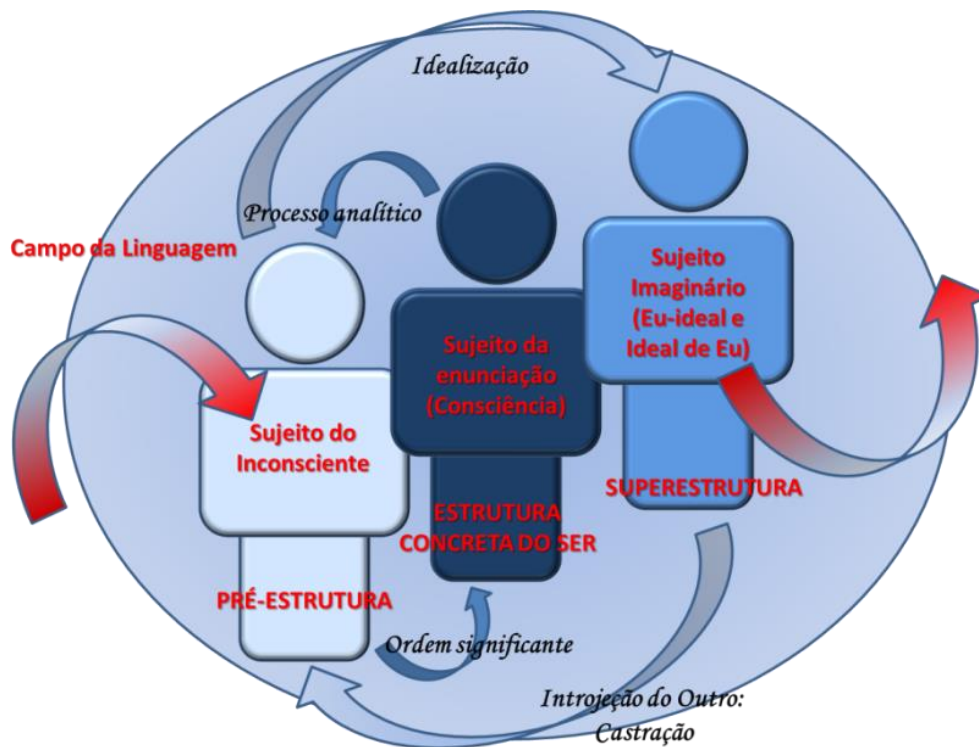


Figura 2. A concepção de sujeito numa perspectiva psicanalítica

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Figura 2 sugere que o sujeito se constitui quando ingressa o seu ser no campo da linguagem, isto é, há aqui uma perspectiva dinâmica e processual. O inconsciente é estruturado a partir do encadeamento de significantes que, por sua ordem, permitem a produção de sentidos que mobilizam o sujeito em sua dimensão consciente. Ao ser concreto e racional, o inconsciente estaria representado como uma pré-estrutura da consciência (correspondente à dimensão simbólica em Lacan), assumida por sua dimensão estrutural, concreta, material e explícita. O sujeito da consciência, contudo, é o sujeito da enunciação, função que se coloca discursivamente, operacionalizado pela dimensão inconsciente e pela dimensão imaginária, na qual se grafa o desejo que mobiliza a falta.

A partir das identificações com a imagem especular (Eu-ideal) que o sujeito faz de si, numa dimensão imaginária também não acessível conscientemente – que se toma aqui como uma superestrutura, em alusão à perspectiva ideológica segundo a perspectiva marxiana –, o sujeito experiencia a falta, que se converte, em um segundo momento, em um elemento direcionador do sujeito ao Outro como forma de se responder à falta. Tem-se, então, a introjeção do desejo do Outro como forma de se fazer amável, também objeto de desejo ao Outro (o ideal do Eu). Essa introjeção do Outro opera no Eu a castração, a barreira à ilusão de onipotência advinda de um narcisismo primário, colocando o sujeito numa situação de incessante busca por possibilidades de satisfação de seu desejo em seu encontro com o mundo (o Outro da linguagem).

O trabalho analítico abre a possibilidade, por fim, de se voltar à dimensão inconsciente como forma de se trazer à tona o não-dito e não-sabido pelo sujeito da enunciação (consciência),

direcionando o sujeito ao autoconhecimento, a estratégias de enfrentamento de sua causa de desejo (Freud, 1996). A cura para a psicanálise não se inscreve, pois, numa ótica de eliminação do sintoma (qualquer que seja o desconforto por ele trazido), mas em uma estratégia de direcionar o sujeito ao seu fundamento: sua causa de desejo e as possíveis significações que daí decorrem. Caberá ao sujeito, uma vez elegível um entendimento sobre o conteúdo inconsciente, atuar em relação ao que lhe traz mal-estar, seja por meio da aceitação, da negação, da supressão, da racionalização, da sublimação ou demais estratégias de que possa se servir a fim de eliminar sua questão sintomal (ou sinto-mal).

O prisma psicanalítico traz contribuições importantes à ideia de complexidade que marca o processo de constituição subjetiva, sendo utilizado como referência em várias áreas e também por diversos autores. Destacam-se os teóricos da Escola de Frankfurt, que buscaram se referenciar na psicanálise como forma de pensar mecanismos de superação da razão iluminista, de lógica instrumental e funcionalista, que mascarava relações de dominação, como se pode perceber na obra de Jürgen Habermas (1988) e sua teoria da ação comunicativa (com foco na dinâmica de transferência e dialogicidade para a autorreflexão crítica, tal como se propõe no método da associação livre).

O sujeito sob as óticas de Michel Foucault e Judith Butler

Os reflexos da teoria psicanalítica após Freud e Lacan suscitaram questionamentos também junto aos teóricos do pós-estruturalismo, como Michel Foucault (1926-1984), Jacques Derrida (1930-2004), Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992). O pós-estruturalismo é entendido como uma postura filosófica e epistemológica contrária ao estruturalismo, centrando-se na desconstrução e no aspecto subjetivo e plural dos fenômenos psicossociais. Em razão da influência da filosofia nietzschiana e por seu caráter interdisciplinar, o pós-estruturalismo adquiriu grande relevância para a noção de complexidade atrelada ao sujeito e à constituição subjetiva que se quer abordar neste trabalho. Se a psicanálise tem intenções ontológicas quanto às explicações acerca do humano, o pós-estruturalismo tem prerrogativas teleológicas. Apesar de suas distinções fundamentais, acredita-se ser possível uma relação entre a ontologia psicanalítica e a teleologia pós-estruturalista.

A obra de Foucault tem como fundamento a articulação entre poder, saber e ética. Sua filosofia questiona a maneira em que esses elementos se tornam bases para a constituição do sujeito. Segundo Martinez e Hack (2010), sua obra pode ser organizada em três períodos: o da **arqueologia**, que compreende a década de 1960, na qual o autor se volta à investigação da constituição dos saberes nas práticas discursivas; o da **genealogia**, que compreende a década de 1970 e se volta à análise do poder entremeadado no tecido social; e o da **ética**, da década de 1980, com análises das relações de poder e saber na constituição do sujeito ético.

Martinez e Hack esclarecem que é necessário entender que o processo de constituição do sujeito em Foucault envolve três mecanismos, percebidos, inclusive, nas análises dos três períodos supracitados.

O primeiro seria o de objetivação, no qual o sujeito é tomado como objeto do conhecimento na medida em que elementos como o trabalho, a linguagem e a própria vida cotidiana passam a ser analisados. Em outras palavras, aquilo que confere ao ser humano sua humanidade é também o que

o faz se questionar enquanto ser. Nas obras *A história da loucura*, *As palavras e as coisas* e *O nascimento da clínica*, é possível perceber o sujeito historicamente construído como objeto de conhecimento (Objetivação).

O segundo mecanismo seria o de individuação, que opera mediante a adequação e normalização do ser nas práticas discursivas e disciplinares, de modo coercitivo e externo. Obras como *Vigiar e punir* e *A verdade e as formas jurídicas* são referências para pensar a constituição do sujeito a partir da individuação.

O discurso promove, portanto, a individuação através de distintos mecanismos e práticas, dentre as quais é relevante mencionar: as práticas de exclusão (tais práticas sugerem que o indivíduo se construa a fim de apropriar-se do discurso); as práticas ritualísticas (a utilização de rituais discursivos de verdade presentes em gestos e locais de verdade); a isenção de propriedade discursiva (o enunciado não é uma propriedade, sendo que, à medida que o indivíduo se adequa a este, ele pode ser utilizado) e o direito (este possibilita a constituição de sujeitos segundo um determinado código prescritivo, o qual age fundamentalmente interditando e adequando). A disciplina, por sua vez, também se evidencia enquanto expressivo mecanismo de individuação, haja vista que o corpo, o tempo, o espaço e a atividade dos indivíduos são constantemente regulados e conduzidos por uma determinada finalidade, através de mecanismos coercitivos e externos. (Martinez & Hack, 2010, p. 396)

O terceiro e último processo seria a subjetivação, que ocorre quando da **dobra**, ou seja, quando o sujeito age sobre si mesmo, transformando-se e criando modos de existência éticos e estéticos por meio de uma interiorização da exterioridade. A partir da ideia de dobra, que se faz como uma curvatura derivada da força emanada de um sujeito em relação ao mundo e que passa a atuar sobre o sujeito que a emana, tem-se o poder de si, constituindo-se o ser e sua subjetividade. É necessário marcar que Foucault abre a discussão da importância de não se atribuir uma essencialidade ao sujeito; pois ele prefere, pelo contrário, fragmentá-lo, descentralizar o sujeito em relação a si mesmo, uma vez que ele se constitui historicamente – nota-se aqui também uma perspectiva temporal e processual, como nas perspectivas apresentadas –, apesar dele estar submetido a um constante “jogo de verdades”.

Não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade. (Foucault, 2004, p. 275)

O sujeito assume, assim, diferentes **formas**, que variam segundo tais jogos de verdade, por meio das práticas e técnicas de si mesmo em meio às relações de poder, o que impossibilita a ideia do sujeito como uma forma única e idêntica em si mesma.

O sujeito foucaultiano é inacabado por excelência, nesse caso, inacabado não apenas no sentido de algo que ainda não foi terminado ou concluído. Aqui seu significado ganha a história: sujeito construído, produto histórico, somatório de processos de subjetivação. Não é um sujeito interrompido, pois não há uma essência primordial que foi usurpada, é um sujeito presente e pleno de devir. Sujeitos no plural, múltiplos, e não um sujeito-substância e invariável, como produto histórico no lugar de uma concepção essencialista de sujeito. Temos a ausência de um sujeito prometido, o sujeito transcendental e universal – essa é a recusa foucaultiana. (Sampaio, 2011, p. 226)

A ideia de práticas de si se volta a um constante exercício relacionado a si mesmo segundo a racionalidade ou regularidade (discursiva e não-discursiva) que organiza a vida humana em torno da ética, do saber e do poder. Nesse jogo, evidencia-se a liberdade do sujeito, que se configura à medida que estabelece as verdades a seu ser (nos processos de objetivação, individuação e subjetivação). De acordo com Foucault (1995), seria importante entender as questões e elementos que compõem essa história da verdade do sujeito, isto é, entender as diferentes formas pelas quais o sujeito se configura nessas relações (de poderes e saberes) e como os seres humanos se tornam sujeitos. Um importante ponto a se destacar é que, para o autor, a liberdade é condição de existência do poder, não havendo, assim, uma oposição entre poder e liberdade, mas uma relação de incitação recíproca de forças. Em outras palavras: a vida em sociedade implica viver em meio a relações de poder, que só se exercem sobre sujeitos livres, já que a liberdade é condição para o exercício político.

A dimensão da ética se destaca, pois, em meio aos jogos de verdade, marcados pelas relações de poder, pode-se tomar o saber como instrumento de dominação, marcando um desvio da ética do sujeito. Tem-se aqui uma diferenciação entre o que seriam as relações de poder e os estados de dominação, uma vez que para as relações de poder se atribui a concepção de práticas em jogos (ou estratégias) entre sujeitos livres, e nos estados de dominação se acopla o entendimento de que o sujeito está restrito por poderes políticos que não dariam margem a uma inversão da situação. A quebra dos estados de dominação, entretanto, é possível graças ao exercício da resistência contra o poder das instituições e o estabelecimento de verdades (saberes) sobre o sujeito, que podem ser revistos pelas possibilidades de novas racionalidades, dado o “cuidado de si”. Foucault enfatiza a dimensão da consciência do sujeito ao mencionar o cuidado e as práticas de si como estratégias de se fazer ativo e transformador em meio aos “jogos de verdade”. Ao endereçar-se a si mesmo e ao contexto sociocultural em que se inscreve, o sujeito assume formas (sujeito como **devir**), elaborando modos de ser diante dos valores que são já instituídos, abrindo-se ao **instituinte** e gerando novos jogos de verdade, revertendo os assujeitamentos (como se o sujeito fosse mero produto do meio) e criando novas subjetividades.

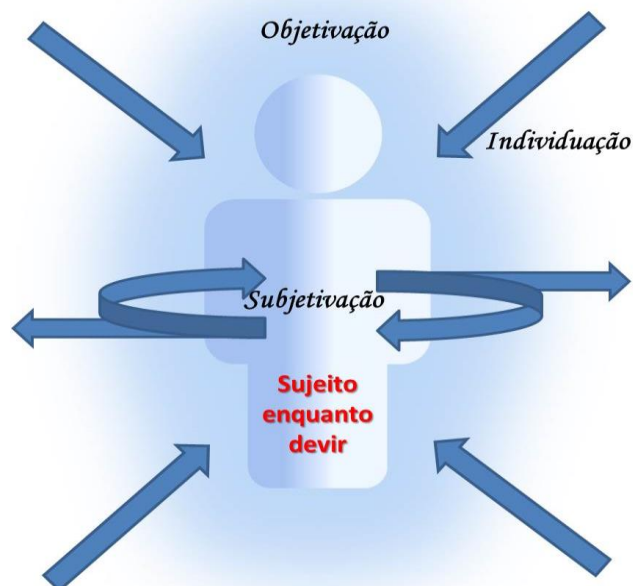


Figura 3. A concepção de sujeito numa perspectiva foucaultiana

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Figura 3 tenta esclarecer que, para Foucault, o sujeito, por não ser substancialidade concreto, se constitui assumindo formas possíveis e variáveis em meio aos “jogos de verdade” que envolvem os processos de objetivação (quando se torna objeto de conhecimento, por meio da reflexividade e da construção de saberes de si e do mundo), de individuação (quando está submetido à disciplina e à coerção de práticas discursivas a que se adapta para se legitimar enquanto ser no tecido social) e de subjetivação (quando exercita a “prática de si”, uma vez que, ao emanar força à externalidade, volta-se a si mesmo, numa perspectiva ontológica ética e estética). Nessa visão, o sujeito é devir, e o processo de constituição subjetiva depende de como o sujeito se posiciona em meio às relações possíveis junto aos dispositivos de poder. Sua materialização depende de como se articulam os saberes, poderes e a ética que o direciona na trama social.

A perspectiva foucaultiana influencia vários pesquisadores na atualidade, como Judith Butler (2008) e demais teóricos da perspectiva queer que buscam desconstruir a ideia de um sujeito uno e indivisível em favor de uma noção de sujeito não-natural, não-substancial e significável a partir de uma **performatividade** no contexto sociocultural. Qualquer proposta de identidade do Eu se faz a partir da concomitante afirmação e negação do outro, fragmentando o sujeito em possibilidades.

Butler (2017) traz contribuições significativas sobre como pensar uma teleologia do sujeito além das discussões acerca de uma estrutura identitária e autorreferenciada. Partindo das reflexões de Hegel, Nietzsche, Freud, Lacan e Foucault, a autora faz críticas bastante pertinentes sobre os

apontamentos teóricos desses autores, articulando o inconsciente, o poder, o devir e as práticas discursivas que dão base à ideia de performatividade que defende como expressão do Eu, especialmente nas teorizações sobre a constituição e as possibilidades de gênero na agenda de debates contemporâneos sobre as identidades sexuais, com foco em grupos não-binários. Butler (2017) nos esclarece que o sujeito é um **vir a ser** em suas relações marcadas por micropolíticas que trazem a sujeição como a base da formação do sujeito e, ao mesmo tempo, ameaça-o de dissolução.

A ideia de devir, ou vir a ser, nas práticas discursivas, colocadas por Foucault como uma forma de desconstruir qualquer naturalismo ou essencialismo ao ser humano, ganha nova expressividade, posto que, para Butler (2017), só há uma forma de se pensar a substancialização do Eu nas relações de poder: entendendo como o poder se instaura e, concomitantemente, possibilita a existência do Eu no psiquismo. Partindo de Freud e tomando obras como *O ego e o id*, *Totem e tabu* e *O mal-estar na civilização*, Butler considera que o poder é a condição do sujeito para que ele possa existir como um agente, como um ser de consciência, numa relação ambivalente e contraditória. Na relação entre o sujeito e o seu desejo – termo que para a psicanálise implica uma causalidade à estrutura inconsciente – o desejo é tomado como um efeito, não uma causalidade, marcando a complexidade performática do Eu nas micropolíticas que o envolvem.

Tal qual em nossa colocação anterior de que o desejo é **desejo do Outro**, apontamos uma ambiguidade: Butler parece dizer, ao polemizar sobre as identidades sexuais generificadas, que é somente pela via da melancolia – termo que toma de empréstimo de Freud e descreve de modo bastante controverso na obra *Problemas de gênero*, acerca da heterossexualidade – que o reconhecimento da sujeição ao Outro que nos falta (como efeito, mas poderia ser, tal como na psicanálise, como causa, dialeticamente) que se é possível vir a ser qualquer coisa, isto é, substantivar-se.

Convergências entre as abordagens teóricas: o sujeito processual concreto

Em relação às perspectivas aqui apresentadas, alguns pontos de convergência podem ser elencados a fim de se pensar uma complexidade própria ao sujeito, pretendida como uma forma de se construir novas possibilidades explicativas a fenômenos complexos. Essa perspectiva obriga-nos a sair da zona de conforto, a incorrer **contra** uma coerência teórica e argumentativa tão largamente defendida no âmbito das pesquisas acadêmicas, direcionado ao forçoso diálogo (especialmente para os mais conservadores) com teorizações que possam parecer por demais diferentes, senão avessas. Acredita-se, entretanto, que a manutenção de uma perspectiva linear de análise pode limitar as produções científicas e as possibilidades de se inovar frente às demarcações de áreas, campos e até paradigmas científicos. Defendemos, tal como propõe Paes de Paula (2015), que é na intencionalidade ou interesse de uma dada produção científica que se faz possível a partilha de perspectivas conceituais e metodológicas em busca de novos saberes formativos e transformativos na sociedade atual. Entre os pontos de convergência das abordagens aqui apresentadas, especificam-se:

- as perspectivas de análise do sujeito e da subjetividade enfatizam que o ser humano se constitui de forma processual e dinâmica, e não de maneira fixa e imutável. Não há uma essência

que preceda à existência, às trocas com o mundo, e é essa **processualidade** que marca o **substantivar-se, constituir-se**;

- a dimensão material (biológica), **concreta** do ser humano, não é negada, ao contrário: o humano existe em tempo e espaço, enquanto estrutura biológica, em oposição a noções vagas, abstratas e pouco palpáveis em se tratando de realidade. Mas a dimensão concreta deve ser avaliada segundo os processos de significações possíveis na substantivação do eu. Concretude e processualidade, estrutura e superestrutura, materialidade e simbólico são elementos **contraditórios** e constitutivos do ser, em sentido dialético;

- a emergência do **eu** se dá de modo descentralizado e desessencializado, sempre em relação a um **outro** que lhe é constitutivo; o eu, portanto, é a expressão efêmera do ser em meio às possibilidades de significação (conscientes e inconscientes) nas relações sociais;
- há uma notória relevância de elementos sociais, históricos e culturais no processo de constituição subjetiva, de modo que pensar o ser humano a partir de uma essencialidade independente do contexto em que se insere soa de forma absurda e por demais simplista;
- coexistem, no processo de constituição subjetiva, elementos antagônicos (tais como interioridade e exterioridade, consciência e inconsciente, materialidade e imaterialidade, singularidade e coletividade etc.), de maneira que esse processo se apresenta como **síntese**, já que encerra tese e antítese como constitutivos;
- a depender de como o sujeito se posiciona frente aos elementos diversos a que se submete no decurso de sua constituição subjetiva nas relações sociais, a mudança é uma premissa sempre possível; e
- o sujeito é, ao mesmo tempo, assujeitado ao contexto e atuante em relação ao seu processo de constituição subjetiva e de transformação social, sendo produto e produtor de si e de sua história.

Pontos de desacordo também são percebidos entre os autores aqui apresentados, cujas fundamentações são específicas, dados os focos a que se voltam quando do desenvolvimento de seus respectivos trabalhos e as epistemologias que tomam como base. Não se quer aqui afirmar que Vygotsky, Freud, Lacan, Foucault e Butler, por exemplo, tinham uma concepção semelhante de sujeito, pois isso seria ridículo. O que se quer aqui é apreender elementos de suas obras que possam ser possivelmente aglutinados, pontos que não sejam excludentes em si, mas possivelmente dialogáveis, orientando-nos a uma nova noção de sujeito e subjetividade, marcada por sua complexidade e irreducibilidade aos binarismos e linearidades que possam se presentificar nas pesquisas científicas de natureza experimental, cartesiana e funcionalista, seja em estudos organizacionais, seja em áreas afins. Não se apresentam aqui as noções de ser humano segundo tais autores, como num trabalho meramente bibliográfico e interpretativo por si. Parte-se de tais noções acerca do humano para promover um novo conceito, na expectativa de que ele possa retratar a complexidade com que se apresenta o ser humano em suas manifestações na atualidade. E, da convergência de tais elementos comuns e dialogáveis entre os autores e as perspectivas supracitadas, emerge uma possível concepção da complexidade do sujeito, ilustrada na Figura 4.

Nela, há uma conjunção de elementos advindos das perspectivas teóricas anteriormente apresentadas como forma de expor a noção de complexidade do sujeito, que neste trabalho se

apresenta e que se denomina **sujeito processual concreto**. Nessa perspectiva, o sujeito se constitui (mas sem que haja fixidez, orientando-se sempre às possibilidades de sua existência) de maneira concreta (posto que é corpo e matéria, com elementos visíveis a serem significados e categorizados) em tempo (história) e espaço (contexto social) quando adentra a dimensão simbólica da linguagem e da cultura, passando a atribuir sentido ao mundo e a si na medida em que com, pelo e para o outro (antítese constituinte de seu ser) cria contrapontos para sua reflexividade e agenciamento. O universo sociocultural que lhe circunda não é estanque, mas mutável, fluido, marcado por constantes forças mobilizatórias voltadas ao sujeito (dispositivos), que busca se posicionar em meio a elas segundo as possibilidades de que dispõe, especialmente no âmbito de sua consciência, seu ponto manifesto de referência de si e de mundo.

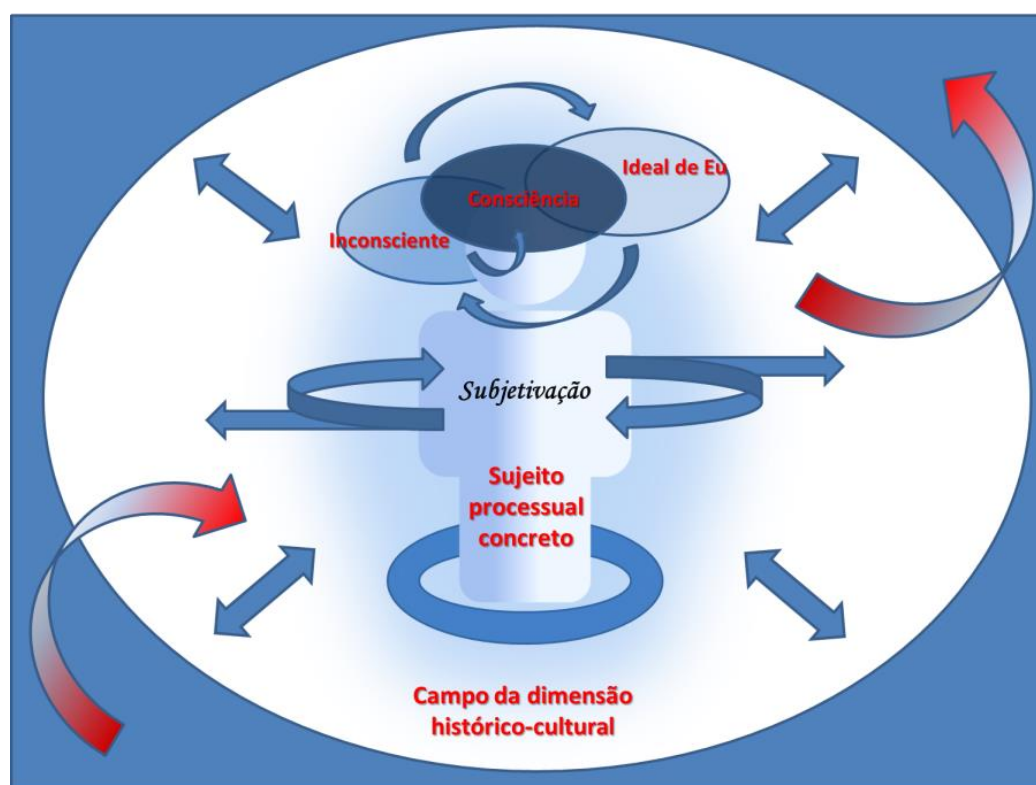


Figura 4. Concepção de sujeito defendida neste trabalho: o sujeito processual concreto

Fonte: Elaborada pelos autores.

A consciência (um dos pontos de referência de si), por sua vez, não é plena, já que também se submete a uma dimensão inconsciente e outra imaginária, pela ordem significativa que se abre pela ação do conteúdo latente que se inscreve no inconsciente e pela ilusão ou distorção da realidade concreta quando se volta à ação de ideais em busca da satisfação de seu desejo, sua falta estruturante. A criação dessa ilusão, própria da dimensão imaginária, se agrava quando, em meio a práticas discursivas (e não-discursivas), há dispositivos de mascaramento da concretude, que criam estados de dominação que, por sua vez, justificam a prevalência de valores, normas e juízos que

excluem ou geram desigualdades e iniquidade entre sujeitos sociais (entre o Eu e o Outro). Cabe ao sujeito, a partir do autoconhecimento e autoenfrentamento, ao olhar para si, criar estratégias de resistência ou mecanismos de defesa contra a opressão instituída, dados seu caráter gerativo e seu potencial transformador.

O sujeito é, assim, um universo de **possibilidades** (devir) e sua compreensão requer uma análise minuciosa de seu **estar sendo** (transitoriedade/performatividade) no mundo, ou seja, da constante efemeridade de seu **ser** (concretude) em relação à exterioridade que o circunda e que, dialética e dialogicamente, lhe forma, lhe atribui sentido, lhe é constitutiva. Essa concepção de sujeito e de constituição subjetiva mistura perspectivas que não são usualmente articuladas nas pesquisas em ciências sociais, mas que não são impossíveis de se fazer.

Em uma perspectiva dialética que não se encerra em si mesma, uma vez que não se enfatiza o ser humano enquanto uma síntese em absoluto, enquanto antíteses constitutivas complementares, mas eliciadoras e contribuintes para a fluidez e dinamicidade do estar sendo no mundo, busca-se, pois, na discussão aqui proposta, trazer um entendimento ampliado às práticas organizacionais, visando se manter a centralidade do humano nos processos psicossociais sem que se exclua a relevância do social e da história nas formas como o ser humano se edifica e, por sua vez, também constitui o tecido social em que se insere – o que é fundamental ao se considerar as organizações e sua dinâmica.

O sujeito processual concreto: seus usos em análises nos estudos organizacionais

Acredita-se que a concepção aqui defendida possa contribuir com avanços em pesquisas e intervenções nos estudos organizacionais de caráter crítico, especialmente em se tratando de fenômenos complexos que se expressam na dinâmica sócio-organizacional e que não mais devem ser reduzidos e simplificados em função das limitações geradas pela manutenção de fronteiras teóricas e epistemológicas. Temáticas como as formas de racionalidade nas práticas organizacionais, dinâmica simbólica, práticas de inclusão, desenvolvimento e empoderamento social em organizações, empreendedorismo solidário, conflitos geracionais, racismo, etnocentrismo e desigualdades sociais, relações de poder e constituição subjetiva pelo trabalho, relações de gênero e heteronormatividade em dinâmica organizacional, satisfação e motivação para o trabalho, dentre tantas outras, são exemplos de problematizações de pesquisa em que a concepção de sujeito é fundamental para que se possam tecer considerações também ampliadas acerca de tais fenômenos além de um caráter explicativo de causa-efeito, como comumente se depreende das contribuições pragmáticas e funcionalistas.

Na medida em que o sujeito, tomado como processualidade concreta, é unidade de análise por meio da qual se objetivam tais fenômenos, abrem-se os questionamentos sobre a articulação e a interdependência das dimensões subjetivas e sociais, reorientando olhares e perspectivas no âmbito dos estudos organizacionais. Em outras palavras: na medida em que uma nova concepção de sujeito é tomada como unidade analítica para os fenômenos sócio-organizacionais, reorientam-se, reorganizam-se e/ou reformulam-se perspectivas e abordagens teóricas e metodológicas em função das necessidades da comunidade científica em relação à

complexidade dos objetos de estudos além dos enquadramentos costumeiros da realidade junto a perspectivas e abordagens consagradas.

Por exemplo, em estudos voltados às estratégias de empoderamento e visibilidade de minorias sociais em organizações, algumas categorias analíticas têm sido centrais – em especial, a categoria **poder** – mas nem sempre se notam as articulações das várias concepções de poder advindas de abordagens distintas com uma concepção de sujeito que possa trazer novas perspectivas interpretativas e críticas acerca do fenômeno e como ele se expressa na dinâmica sócio-organizacional. Se entendida a complexidade que marca o sujeito processual concreto enquanto unidade de análise, por exemplo, são necessárias novas considerações sobre as micropolíticas estabelecidas entre sujeitos na dinâmica organizacional para marcar a emergência do fenômeno além do já descrito em categorias consagradas. Emergem, assim, novas possibilidades interpretativas, novas considerações sobre os fenômenos organizacionais que possam responder às necessidades da comunidade acadêmica em se tratando da complexidade dos trabalhos atuais. Mesmo em campos já consagrados, como no caso dos estudos sobre comportamento humano nas organizações, por exemplo, uma nova concepção de sujeito nos orienta a formas diferenciadas de interpretação e análise das expressões comportamentais, seja em termos de motivação e satisfação para o trabalho, formas de socialização, estruturação e gerenciamento de grupos e equipes de trabalho, mudança na cultura e dimensão simbólica coletiva, etc., já que muitas vezes é pela perspectiva comportamentalista experimental norte-americana que se efetivam os estudos, com utilização de *surveys* e laboratórios de sensibilização (Farr, 1998).

Reafirmamos que a originalidade da proposta conceitual está exatamente na afirmação de antagonismos presentes tanto em sentido ontológico quanto em sentido teleológico em que tomada da figura humana enquanto objeto de estudo em suas práticas em organizações. Consciente e inconsciente, concretude e imaterialidade, historicidade, estrutura referencial e possibilidade (devir) são pontos contraditórios defendidos pelos autores que serviram de base para a ideia aqui proposta – como já apresentado nas seções anteriores, mas sem que se considerem, de modo direto e explícito nas teorias em que nos embasamos, tais pontos como partes elementares da noção de sujeito em cada teoria. Cada autor tomado como referência central neste trabalho estabelece, à sua maneira, um viés analítico, considerando seus campos de atuação e estudo (marxismo, abordagem sócio-histórica, psicanálise, pós-estruturalismo, analítica queer). Na ideia de sujeito processual concreto se aglutinam os pontos de encontro entre perspectivas para marcar a necessidade de olhares minuciosos sobre tais contradições que, no argumento central do trabalho, apontam caminhos possíveis para novas construções teóricas e metodológicas quanto ao estudo do sujeito organizacional.

Forçamos, assim, tal como pontua Paes de Paula (2015), o trânsito entre epistemologias e abordagens em função das necessidades de produção de conhecimento acerca do objeto em si, evitando-se enquadrá-lo em perspectivas já demarcadas. A partir de uma nova concepção de sujeito enquanto unidade analítica, torna-se possível rever e refletir sobre as várias concepções de organização em sua estruturação e dinâmica, considerando que, pelas contradições que marcam o sujeito que lhe serve de base, as organizações também se apresentam e se expressam enquanto entes processuais concretos, complexos e contraditórios em sua configuração. Como segundo passo a partir das considerações deste trabalho, será planejado, em momento oportuno, uma reflexão

acerca das organizações e como estas se constituem em função de um sujeito processual concreto. Aqui, marcamos apenas um primeiro passo na construção do conhecimento.

Considerações finais

Esforçar-se para uma ampliação da noção de sujeito parece-nos fundamental para que a produção de saberes na área possa gerar proveitosos resultados aos interesses emancipatórios nos quais aqui se acredita (Paes de Paula, 2008; Mozzato & Grzybovski, 2013), no sentido de trazer clareza e produção de sentidos não somente a pesquisadores de um dado campo, mas também aos interlocutores possíveis, quando da partilha e da apropriação do conhecimento como recurso para o processo de mudança social.

Em relação à diversidade de abordagens aqui tomadas como referência, justificamo-nos, mais uma vez: recorreremos a algumas concepções existentes em áreas distintas em ciências humanas e sociais que romperam com a perspectiva de essencialidade, plena racionalidade e unicidade do sujeito, como nos moldes do funcionalismo e segundo a premissa cartesiana hegemônica na modernidade. Do diálogo possível entre as abordagens, espera-se também trazer possíveis contribuições às suas delimitações habituais, a saber: aos pressupostos do materialismo histórico e da abordagem sócio-histórica na psicologia, crescem-se as possibilidades de não tomar como determinísticos os elementos da materialidade econômica, haja vista o poder simbólico que atravessa a própria constituição dos sujeitos e os trânsitos que lhe são possíveis em suas micropolíticas de agenciamento; à psicanálise ortodoxa, cresce-se a necessidade de considerações acerca da flexibilidade e fluidez dos sujeitos em seu processo de autoconhecimento – como em verdade propunha Freud (1996) acerca da função da psicanálise – em respostas aos determinismos dos elementos inconscientes, como defendem alguns autores e profissionais da área; à abordagem pós-estruturalista, cresce-se a consideração de que os elementos ditos “estruturais” na genealogia dos sujeitos sociais não fecham as possibilidades de constantes ressignificações em meio às práticas de liberdade (reflexivas, subversivas ou não) e ao devir que os caracteriza em meios aos jogos discursivos, já que não há estrutura ou materialidade fechada e imutável.

Nossa concepção voltada à interdisciplinaridade e à complexidade busca, então, não contrapor as valiosíssimas contribuições de tais abordagens, mas tenta tornar dialógicos pontos que possam oferecer subsídios ampliados acerca do sujeito em suas trocas sócio-organizacionais. Não obstante, ainda estamos longe de alcançar uma das propostas de todo trabalho crítico e politicamente orientado: pensar os usos de nossas proposições e conceitos no âmbito cotidiano, de modo a promover mudanças sociais. Essa seria uma dificuldade comum às epistemologias de matriz crítica e de interesse emancipatório quando de sua transposição ao interesse prático, aspecto discutido por Paes de Paula (2015). Mas acreditamos que aqui se abre a possibilidade de diálogo com outros interlocutores que, cientes de sua condição e das dinâmicas estabelecidas nos jogos sócio-organizacionais, possam se engajar em práticas individuais e coletivas em favor da amenização de conflitos, assimetrias, jogos de poder e tantos outros problemas que são comuns à vida nas organizações. Daí que a ciência também não se deve fechar em si mesma: deve ampliar suas possibilidades explicativas também na arte do diálogo com outros campos, em especial, na práxis social.

A concepção de sujeito aqui proposta é o início de um longo caminho a ser desenvolvido enquanto práticas de pesquisa e produção de conhecimento em estudos organizacionais. Da retomada de noções clássicas nos estudos organizacionais às abordagens psicológicas, sociológicas e filosóficas aqui mencionadas, vale ressaltar que todo conceito é um construto, uma possibilidade interpretativa da realidade, e a partir dele emergem novas propostas teóricas e metodológicas (Matitz & Vizeu, 2012). Acredita-se, então, que se inicia aqui um diálogo entre campos, de maneira a trazer às temáticas voltadas a processos psicossociais em organizações elementos significativos para auxiliar as políticas e construções de estratégias organizacionais segundo a perspectiva da complexidade aqui apresentada. Espera-se que novos discursos possam surgir, novos modelos organizacionais e corporativos e, com eles, o nascimento de novas constituições subjetivas, trazendo, aos sujeitos e organizações, possibilidades de renovação e mudanças que sejam positivas e, de fato, voltadas ao desenvolvimento e à emancipação.

Referências

- Adler, P. (2002). Critical in the name of whom and what? *Organization*, 9(3), 387-395. doi:10.1177/135050840293003
- Alvesson, M., & Willmott, H. (1992). *Critical management studies*. Londres: Sage.
- Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. J., & Furtado, O. (Orgs.) (2015). *Psicologia sócio-hist: uma perspectiva crítica em psicologia* (6a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Bourdieu, P. (2006). *O poder simbólico* (14a ed.) Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2011). *A economia das trocas simbólicas* (7a ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Burrell, G., & Morgan, G. (2005). *Sociological paradigms and organisational analysis: elements of the sociology of corporate life*. Burlington: Ashgate.
- Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2017). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Carrieri, A. P., Saraiva, L. A. S., Enoque, A. G., & Gandolfi, P. E. (Orgs.) (2010). *Identidade nas organizações*. Curitiba, PR: Juruá.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Clegg, S. (1989). *Frameworks of power*. Londres: Sage.
- Clegg, S. R. (1992). Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 32(5), 68-95. doi:10.1590/S0034-75901992000500008
- Elia, L. (2010). *O conceito de sujeito* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Faria, J. (2009). Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. *Cadernos EBAP.BR*, 7(3), 509-515. Recuperado de <https://bit.ly/309lrXk>
- Faria, J. H., & Meneghetti, F. K. (2007). O sequestro da subjetividade. In J. H. Faria (Org.), *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais* (pp. 45-67). São Paulo, SP: Atlas.

- Faria, J. H., & Schmitt, E. C. (2007). Indivíduo, vínculo e subjetividade. In J. H. Faria (Org.), *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais* (pp. 23-44). São Paulo, SP: Atlas.
- Farr, R. M. (1998). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus, & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política* (pp. 240-251). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Fournier, V., & Grey, C. (2000). At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies. *Human Relations*, 53(1), 7-32. doi:10.1177/0018726700531002
- Freud, S. (1996). Cinco lições de psicanálise. In *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XI). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (2014). *Compêndio da psicanálise*. Porto Alegre: L&PM.
- Giddens, A. (2003). *A constituição da sociedade*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Godoi, C. K. (2005). *Psicanálise das organizações: contribuições da teoria psicanalítica aos estudos organizacionais*. Itajaí, SC: Editora Univali.
- Goffman, E. (2011). *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Goffman, E. (2014). *A representação do Eu na vida cotidiana* (20a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- González Rey, F. (2005). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, SP: Thomson Learning.
- Grey, C. (2005). Critical management studies: towards a more mature politics. In D. Howcroft, & E. M. Trauth (Eds.), *Handbook of critical information systems research: theory and application* (pp. 174-194). Cheltenham: Edward Elgar.
- Habermas, J. (1982). *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Habermas, J. (1988). *Teoria de la acción comunicativa* (vol. I-II). Madrid: Taurus.
- Hardy, C., & Maguire, S. (2008). Institutional entrepreneurship. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin, & R. Suddaby (Orgs.), *The Sage handbook of organizational institutionalism* (pp. 198-217). Chicago: The University of Chicago Press.
- Kuhn, T. S. (2011). *A estrutura das revoluções científicas* (11a ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Lacan, J. (1996). *O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.) (2012). *Psicologia social: o homem em movimento* (14a ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Lapassade, G. (2016). *Grupos, organizações e instituições*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Lawrence, T. B. (2008). Power, institutions and organizations. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin, & R. Suddaby (Orgs.), *The Sage handbook of organizational institutionalism* (pp. 170-197). Chicago: The University of Chicago Press.
- Lourau, R. (2014). *A análise institucional* (3a ed). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Liotard, J.-F. (2021). *A condição pós-moderna* (20a ed). Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.
- Martinez, H. L., & Hack, R. F. (2010). Michel Foucault: o sujeito entre o poder e o saber. In C. A. Battisti (Org.), *Às voltas com a questão do sujeito: posições e perspectivas* (pp. 387-407). Ijuí, RS: Editora Unijuí.
- Matitz, Q. R. S., & Vizeu, F. (2012). Construção e uso de conceitos em estudos organizacionais: por uma perspectiva social e histórica. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 577-598. doi:10.1590/S0034-76122012000200011
- Morin, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo* (4a ed.). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Motta, F. C. P., & Vasconcelos, I. F. G. (2008). *Teoria geral da administração* (3a ed.). São Paulo, SP: Cengage Learning.
- Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2013). Abordagem crítica nos estudos organizacionais: concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 503-519. doi:10.1590/S1679-39512013000400003
- Paes, K. D., & Borges, F. A. (2016). O sujeito lacaniano e a organização rizomática: devires-máquinas-de-guerra. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(7), 670-720. doi:10.25113/farol.v3i7.2753
- Paes, K. D., & Dellagnelo, E. H. L. (2015). O Sujeito na epistemologia lacaniana e sua implicação para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(3), 530-546. doi:10.1590/1679-395115872
- Paes de Paula, A. P. (2008). *Teoria crítica nas organizações*. São Paulo, SP: Thomson Learning.
- Paes de Paula, A. P. (2015). *Repensando os estudos organizacionais: por uma nova teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Paes de Paula, A. P., & Maranhão, C. M. S. A. (2009). Opressão e resistência nos estudos organizacionais críticos: considerações acerca do discurso da servidão voluntária e da pedagogia do oprimido. *Organizações & Sociedade*, 16(50), 463-477. doi:10.1590/S1984-92302009000300004
- Pagès, M., Bonetti, M., Gaulejac, V., & Descendre, D. (2008). *O poder das organizações*. São Paulo, SP: Atlas.
- Peci, A. (2003). Estrutura e ação nas organizações: algumas perspectivas sociológicas. *Revista de Administração de Empresas*, 43(1), 1-12. doi:10.1590/S0034-75902003000100004
- Pereira, R. D. (2014). *Sobre heróis, coronéis e operários: notas acerca da disciplina do corpo e da ortopedia da alma em uma companhia têxtil de Minas Gerais* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

- Ramos, A. G. (1984). Modelos de homem e teoria administrativa. *Revista de Administração Pública*, 18(2), 3-12. Recuperado de <https://bit.ly/3EFXaZd>
- Rubinstein, S. L. (1963). *El desarrollo de la psicología: principios y métodos*. Montevideo: Pueblos Unidos.
- Sampaio, S. (2011). A liberdade como condição das relações de poder em Michel Foucault. *Revista Katálysis*, 14(2), 222-229. doi:10.1590/S1414-49802011000200010
- Scott, W. R. (2008). *Institutions and organizations: ideas and interests* (3a ed.). Thousand Oaks: Sage.
- Souza, E. M. (2017). A teoria queer e os estudos organizacionais: revisando conceitos sobre identidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(3), 308-326. doi:10.1590/1982-7849rac2017150185
- Souza, E. M., Machado, L. D., & Bianco, M. F. (2008). O homem e o pós-estruturalismo foucaultiano: implicações nos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 15(47), 71-86. doi:10.1590/S1984-92302008000400004
- Souza, E. M., Souza, S. P., & Silva, A. R. (2013). O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(2), 198-217. doi:10.1590/S1415-65552013000200005
- Torezan, Z. C. F., & Aguiar, F. (2011). O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 11(2), 525-554. Recuperado de <https://bit.ly/31PuEGt>
- Tragtenberg, M. (2005). *Administração, poder e ideologia* (3a ed.). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Vygotsky, L. S. (1991). *Pensamento e linguagem*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2007). *A formação social da mente* (7a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Financiamento

Os autores não receberam apoio financeiro para a pesquisa, autoria ou publicação deste artigo.

Agradecimentos

Os autores agradecem às provocações e sugestões dos pareceristas da revista, o que auxiliou no enriquecimento deste artigo.

Autoria

Alex Fernandes Magalhães

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (Neos) da Face-UFMG.

E-mail: alexfm@face.ufmg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0845-4061>

Luiz Alex Silva Saraiva

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (Neos) da Face-UFMG.

E-mail: saraiva@face.ufmg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5307-9750>

Conflito de interesses

Os autores informam que não há conflito de interesses.

Contribuição dos autores

Primeiro autor: concepção (líder), investigação (líder), metodologia (líder), administração do projeto (líder), recursos (líder), redação – rascunho original (líder), redação – revisão e edição (líder).

Segundo autor: concepção (apoio), análise formal (apoio), metodologia (apoio), supervisão (apoio), validação (apoio), visualização (apoio), redação – revisão e edição (apoio).

Verificação de plágio

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Disponibilidade de dados

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando plenamente sua privacidade. A prática do open data busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes da pesquisa.

A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional